

## MORSEL, Joseph, 2017 – Noblesse, parenté et reproduction sociale à la fin du Moyen Âge.

Paris: Picard. ISBN 978-2-7084-1024-4

**Miguel Aguiar<sup>1</sup>**

Reunindo um conjunto de artigos publicados em alemão e em inglês ao longo dos últimos vinte anos, Joseph Morsel, autor da conhecida obra *L'Aristocratie Médiéval* (Paris: Armand Colin, 2004) procura neste seu último livro equacionar um problema de fundo: de que forma as práticas e os discursos aristocráticos no campo do parentesco podem ser compreendidos e articulados com a reprodução do domínio social da aristocracia? A questão é complexa e mereceu da parte do autor uma reflexão preliminar alargada sobre os conceitos de «reprodução social» e de «parentesco», desenvolvendo igualmente a aparelhagem teórica e conceptual de ordem interdisciplinar que serve de base ao seu inquérito. Esta reflexão introdutória revela-se de grande importância não só para compreender os problemas colocados ao longo do livro, mas também para estabelecer alguns princípios de análise que, de resto, colocam o autor numa posição algo crítica face à generalidade da produção historiográfica sobre a aristocracia. Em primeiro lugar, e no que diz respeito ao problema da reprodução, sublinha o autor que a maior parte dos historiadores se deixaram aprisionar por uma perspetiva da reprodução unicamente baseada na transmissão e na herança. A repetição desse erro de perspetiva e a sua generalização devem-se, entre outras coisas, às lógicas segundo as quais os arquivos familiares (e os próprios nobiliários) estão organizados; como consequência, retrojetaram-se sobre os séculos medievos formas de organização do grupo aristocrático que, na verdade, foram próprias de centúrias sucedâneas. Outra das consequências, segundo Morsel, é a sistemática negligência de outro dos elementos fundamentais dos sistemas de parentesco: a aliança. Morsel afirma que continua a ser amplíssimo o desconhecimento das redes matrimoniais estabelecidas pelos grupos dominantes, assim como as estratégias e as práticas ligadas à negociação e conclusão dessas relações. Em suma, a negligência face à questão matrimonial, a par de uma perceção anacrónica da transmissão, levam o autor a considerar que a historiografia continua ainda muito longe de compreender uma parte dos fenómenos que fundamentam a coesão do grupo aristocrático e as fórmulas por este encontradas de molde a assegurar a reprodução da sua posição de domínio.

<sup>1</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CEPESE – Centro de Estudos da População e Sociedade ; Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne; LaMOP – Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris. E-mail: miguelper.aguiar@gmail.com

O segundo ponto desenvolvido no capítulo introdutório diz respeito a uma definição operativa de parentesco. Para além de sublinhar a necessidade de ter em conta nessa esfera as relações por consanguinidade, por afinidade e por espiritualidade, o autor também considera o parentesco um subsistema social construído, apreciação que justifica a importância de considerar quer as representações construídas sobre esse subsistema, quer as práticas que lhe dão corpo.

Através de um conjunto diversificado de fontes, cruzando por exemplo várias tipologias de documentos escritos com selos e tumulária, o autor conduz uma reflexão de tipo complexo, articulando aspetos de diversas ordens para produzir estruturas de sentido. É justamente essa articulação das fontes e dos fenómenos que deteta que lhe permite avançar com algumas conclusões inovadoras e que, simultaneamente, propõem pistas de reflexão e de trabalho. Morsel demonstra por exemplo o carácter construído do conceito de «Geschlecht» (que traduz para «linhagem» em francês, mas cujo sentido, combinando bens materiais e simbólicos, poder-se-á talvez aproximar mais do conceito de «casa» normalmente utilizado na historiografia portuguesa). Esse carácter construído significa sobretudo a colocação no terreno de uma estruturação interna do grupo de parentes que define os meios de acesso ao poder, combinando a existência de bens cuja transmissão deveria ser feita de forma agnática, com outros mecanismos de partilha do património de molde a contribuir para a coesão e solidariedade entre os membros de cada casa. Assim, na lógica do autor, a imposição deste sistema teria sido suscitada por uma organização «dinástica» e «senhorial» cujos contornos se assemelhariam cada vez mais às formas de transmissão do poder régio e principesco – e por imposição destes, já que, segundo o autor, eles insistiram e contribuíram para uma estruturação vertical da nobreza que pelo menos ao nível das representações tendia a secundarizar a coesão do grupo através da solidariedade horizontal permitida pelo encadeamento matrimonial. Não por acaso, a análise da identidade sigilária das mulheres através de selos aristocráticos dos séculos XIII e XIV permite compreender justamente o peso significativo conferido à representação da aliança entre linhagens, simbolicamente traduzido pela combinação das armas paternas e do marido. Morsel sublinha que, do ponto de vista discursivo, a afirmação do conceito de linhagem coloca a transmissão à frente da aliança (e a isso se deve o «aprimoramento» dos historiadores), mas, no fundo, aquilo que conduz à coesão do grupo – e ao fenómeno de «sociogénese da nobreza» que o autor propõe noutros trabalhos e retoma no presente livro – é a sua integração matrimonial enquanto meio de definição dos limites e das distâncias no seio da aristocracia, e, por esta via, da definição dos quadros através dos quais se exercia e se transmitia o poder. Pelo que, segundo o autor, há que considerar o casamento como uma prática essencialmente senhorial e não tanto de parentesco.

Em articulação com esta precisão dos limites e das distâncias está a proposta que o autor faz de estudar o vocabulário do parentesco, cuja importância e carácter substantivo são, de resto, antigas discussões entre os antropólogos. Como o autor demonstra no quadro da página 118, o estudo da taxionomia a vários níveis (do grupo, de referência aos parentes e de tratamento entre os mesmos) permite estabelecer representações dos limites e das distâncias do parentesco, elementos que, em articulação com outras práticas, permitem melhor compreender o funcionamento e o lugar do parentesco no sistema social. Morsel dá assim o seu contributo para um debate de fundo entre historiadores, sociólogos e antropólogos, cujo intuito é questionar até que ponto a organização do parentesco é um sistema articulado e articulador da organização social, ou se, e no caso da Idade Média em geral e da aristocracia medieval em particular, não se trata sobretudo de um conjunto de representações estruturadas por uma visão clerical da sociedade cristã (ou, melhor dizendo, da *ecclesia*), cuja

manipulação traduz a existência de fórmulas e estratégias para a conservação e transmissão do poder – numa palavra, numa espécie de instrumento cuja manipulação servia o fenómeno global da reprodução social. Na verdade, o autor parece colocar-se do lado desta segunda opção.

Em suma, pelos processos epistemológicos em que assenta, assim como pelas questões e hipóteses que suscita, esta obra pode e deve ser encarada como uma oportunidade de reflexão sobre os modos de estudar a aristocracia portuguesa; não como objeto *per se* e natural, mas sim no quadro de um sistema social dinâmico. Apesar do objeto dos estudos apresentados ser a baixa nobreza de uma região alemã, as interrogações e as hipóteses colocados pelo autor secundarizam a substância e a identidade do objeto e, pelo contrário, são reveladoras da necessidade de acolher a pertinência do questionário e da metodologia construída e aplicada. Como os investigadores que se debruçam sobre questões ligadas à aristocracia poderão facilmente reconhecer, algumas das interrogações e dos conceitos enunciados por Morsel fazem também parte dos problemas de fundo que se têm colocado à historiografia portuguesa.